

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ TEXTO: INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS	9
SIGNIFICADO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES.....	9
■ TEMA DO TEXTO	11
TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS.....	12
■ RELAÇÃO ENTRE TEXTOS: DIFERENTES FORMAS DE TRATAR UMA INFORMAÇÃO	16
■ POSIÇÕES DISTINTAS ENTRE DUAS OU MAIS OPINIÕES RELATIVAS AO MESMO FATOS OU TEMA	19
■ INTERTEXTUALIDADE	20
■ COERÊNCIA E COESÃO TEXTUAIS:	22
RELAÇÕES ENTRE AS PARTES DO TEXTO E RELAÇÕES LÓGICO-DISCURSIVAS PRESENTES NO TEXTO.....	22
RELAÇÃO ENTRE TESE E ARGUMENTOS E IDENTIFICAÇÃO DA TESE.....	26
PARTES PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS NO TEXTO.....	27
CONFLITO GERADOR DO ENREDO E ELEMENTOS DA NARRATIVA.....	27
RELAÇÃO CAUSA/CONSEQUÊNCIA ENTRE PARTES E ELEMENTOS DO TEXTO.....	29
■ EFEITO DE SENTIDO DECORRENTE DO USO DA PONTUAÇÃO E DE OUTRAS NOTAÇÕES, DA ESCOLHA DE UMA DETERMINADA PALAVRA OU EXPRESSÃO	30
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS ORTOGRÁFICOS E MORFOSSINTÁTICOS.....	39
■ VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: MARCAS LINGUÍSTICAS QUE EVIDENCIAM O LOCUTOR E O INTERLOCUTOR DO TEXTO	39
CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS.....	49
■ ASPECTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	49
O PENSAMENTO PEDAGÓGICO MODERNO: ILUMINISTA, POSITIVISTA, SOCIALISTA, ESCOLANOVISTA, FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIALISTA, ANTIAUTORITÁRIO, CRÍTICO.....	49
■ TENDÊNCIAS ATUAIS	59
LIBERAIS E PROGRESSISTAS.....	59
■ O PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO: CORRENTES E TENDÊNCIAS NA PRÁTICA ESCOLAR	64

■ ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	65
AS BASES SOCIOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO	65
A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO SOCIAL	68
AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS BÁSICAS.....	68
EDUCAÇÃO PARA O CONTROLE E PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	69
CULTURA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	70
DESGUALDADES SOCIAIS.....	71
A RELAÇÃO ESCOLA / FAMÍLIA / COMUNIDADE.....	71
■ EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NO BRASIL.....	73
■ ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	75
A RELAÇÃO DESENVOLVIMENTO / APRENDIZAGEM: DIFERENTES ABORDAGENS.....	75
A RELAÇÃO PENSAMENTO / LINGUAGEM – A FORMAÇÃO DE CONCEITOS	82
CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO: O BIOLÓGICO, O PSICOLÓGICO E O SOCIAL	84
■ O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E AFETIVO.....	85
■ ASPECTOS DO COTIDIANO ESCOLAR: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR, A AVALIAÇÃO COMO PROCESSO E A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO.....	88
■ A FUNÇÃO SOCIAL DO ENSINO: OBJETIVOS EDUCACIONAIS, CONTEÚDOS DE APRENDIZAGEM	93
■ AS RELAÇÕES INTERATIVAS EM SALA DE AULA: O PAPEL DOS PROFESSORES E DOS ALUNOS, E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA CLASSE	98
■ OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	102
DIRETRIZES, PARÂMETROS, MEDIDAS E DISPOSITIVOS LEGAIS PARA A EDUCAÇÃO – A LDB ATUAL, O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	102
■ A SALA DE AULA E SUA PLURALIDADE.....	114
■ OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	117
■ RESOLUÇÃO N° 1, DE 30 DE MAIO DE 2012 – DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	119

DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS.....	125
■ FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: ASPECTOS FILOSÓFICOS, PSICOLÓGICOS, SOCIOLÓGICOS, BIOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS	125
■ A HISTÓRIA DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO: TEORIA DA EDUCAÇÃO, AS DIFERENTES CORRENTES DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO.....	154
■ A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ASPECTOS LEGAIS, ASPECTOS POLÍTICOS; O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, PLANEJAMENTO, DIAGNÓSTICO, PEDAGOGIA DE PROJETOS, A AVALIAÇÃO E GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO SEUS DIFERENTES PROCESSOS.....	158
■ A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: REALIDADE ATUAL, AVANÇOS E RETROCESSOS	164
■ O PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL NA LEI 9.394, DE 1996.....	166
■ O PAPEL DO PROFESSOR NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E AS NOVAS POSSIBILIDADES TECNOLÓGICAS NO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM E NO ACESSO AO CONHECIMENTO	169
■ ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PRÁTICA ESCOLAR, A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO	170
■ PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM.....	172
■ A QUESTÃO DA ALFABETIZAÇÃO	174
■ O CURRÍCULO, SUA ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO	175
■ A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE GESTÃO PARTICIPATIVA.....	178
■ A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO.....	180
■ A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	183

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

ASPECTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO MODERNO:
ILUMINISTA, POSITIVISTA, SOCIALISTA,
ESCOLANOVISTA, FENOMENOLÓGICO-
EXISTENCIALISTA, ANTIAUTORITÁRIO, CRÍTICO

O Iluminismo

Em meados nos séculos XVII e XVIII, iniciou-se um movimento cultural e intelectual que se caracterizou pela crítica ao regime feudal e ao domínio religioso, sobretudo ao da Igreja Católica, chamado Iluminismo. Tal movimento defendia que a instrução e a ciência seriam capazes de libertar o homem das trevas (fanatismo, superstições, atraso e opressão) conduzir ao esclarecimento, questionando os fundamentos do poder absolutista¹ que subjugava o povo em detrimento da nobreza (BOTO, 2010).

O Iluminismo objetivou disseminar o conhecimento científico em contraposição ao pensamento religioso, que defendia o teocentrismo (Deus no centro de tudo) buscando ampliar a crítica racional para todos os campos do saber humano, passando a reconhecer (ou ver) o indivíduo no centro do conhecimento. Defendiam, ainda, que a fé deveria ser uma expressão individual, devendo a Igreja ser uma instituição distinta do Estado, neste sentido o Movimento Iluminista representou a ruptura gradativa do saber eclesiástico, baseado na fé e no imaginário das pessoas (BEZERRA, 2019, 2021).

Chamado de “século das luzes” a época Iluminista irrompe as fronteiras do imaginário e o conhecimento a passa a ser constituído com base na razão, observações científicas e experimentos empíricos. Diversos filósofos, economistas e pensadores políticos contribuíram para o desenvolvimento da revolução burguesa e o capitalismo ao longo do Iluminismo. Segundo Santos (2013), este grupo propunham a inauguração de uma nova sociedade baseada na igualdade, justiça e liberdade fundamental para todos. A razão era, portanto, o caminho natural para o progresso, para a felicidade e para o equilíbrio da sociedade. Neste sentido, os pensadores filósofos iluministas defendiam que a para ser justa e racional para com todos, a sociedade deveria a adotar três princípios básicos (SANTOS, 2013, p. 3 apud SHMIDT 1996, p. 86-87, grifo nosso):

Igualdade jurídica: todos os homens deviam ser iguais perante a lei. Assim, eles atacavam o Antigo Regime, que era uma sociedade estamental, ou seja, os nobres possuíam alguns privilégios, como o não pagamento de impostos, as leis e os tribunais especiais, e a garantia de altos cargos no Estado.

Liberdade: todos os homens deveriam gozar de liberdades individuais fundamentais, tais como:

liberdade de poder dizer e escrever o que quisessem e liberdade de possuir qualquer crença religiosa ou política. A ideia dos direitos fundamentais do homem foi criada pelos iluministas, que eram contra a escravidão, a servidão feudal e as torturas.

Tolerância: ninguém deveria ser punido por defender ideias políticas ou religiosas. Era isso que o filósofo Voltaire tinha em mente quando declarou: “Não concordo com uma só palavra que tu dizes, mas defenderei até a morte teu direito de proferi-las”.

Destarte, para a concepção iluminista a monarquia deveria estar submetida a uma constituição com a separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (princípios básicos liberalistas). As propostas iluministas surgiram como respostas aos problemas enfrentados pela burguesia, que, no regime absolutista, limitavam a expansão dos negócios e, conseqüentemente, influenciavam na economia de um modo geral, prejudicando a ascensão desta classe (SANTOS, 2013). Os principais filósofos influenciadores do Iluminismo foram aqui organizados cronologicamente (RAMOS, 2021, online):

John Locke (1632-1704)	Entendia que o homem adquiria conhecimento com o passar do tempo e por meio do empirismo
Bento de Espinosa (1632-1672)	Defendeu a ética e o pensamento lógico
Montesquieu (1689-1755)	Autor da divisão do poder político em Legislativo, Executivo e Judiciário
Voltaire (1694-1778)	Defendia a liberdade de pensamento e fazia duras críticas à intolerância religiosa
Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)	Defendia a proposta de um Estado que garantisse a igualdade para todos (democracia)
David Hume (1711-1776)	Historiador e filósofo escocês, refutou o princípio da casualidade, defendendo o livre-arbítrio e o ceticismo radical
Denis Diderot (1713-1784) e Jean Le Rond d'Alembert (1717-1783)	Organizaram, juntos, a enciclopédia que reunia conhecimentos e pensamentos filosóficos da época
Adam Smith (1723-1790)	Economista e filósofo inglês, defendia do liberalismo econômico
Immanuel Kant (1724-1804)	Filósofo alemão, desenvolveu seus estudos e pensamentos nas áreas da epistemologia, ética e metafísica

¹ Sistema político que vigorou entre os séculos XVI a XVIII, que concentrava o poder na Monarquia. Criado para atender as demandas da nobreza.

Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781)	Filósofo e dramaturgo alemão que defendia a liberdade de pensamento entre os cristãos
Benjamin Constant (1767-1830)	Escritor, filósofo e político francês (origem suíça). Sua principal defesa era o ideal de liberdade individual

Cabe ressaltar que os filósofos iluministas foram pessoas que tiveram acesso ao mundo letrado, participavam de comunidades científicas, rodas literárias e que tiveram acesso à educação. Neste sentido, o Iluminismo também foi um período marcado por contradições, pois ao mesmo tempo que se almejava uma ruptura com o absolutismo, a burguesia ganhava forças e a propriedade privada alçava as pessoas a classes mais abastadas. Mesmo com certas diferenças, a unicidade dos pensadores iluministas era que somente a educação poderia libertar o povo e com isso os métodos pedagógicos dos Jesuítas começaram a ser criticados, ligados a um ensino predominantemente religioso, estes foram substituídos (em Portugal e suas colônias) por professores leigos. A esse respeito, Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1713-1792), um médico (filósofo e pedagogo) português, e seu parceiro Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-17833) fizeram duras críticas à pedagogia dos jesuítas, ambos propuseram retirar a educação da Companhia de Jesus e passá-la para o Estado, no sentido de criar uma escola laica, mas com ensinamentos diferentes para as camadas sociais: uma escola para os pobres, onde aprenderiam o suficiente para exercer suas atividades profissionais (e laborais) e uma outra escola para uma elite capaz de suprir as necessidades do Reino. Suas obras *As contribuições de Verney* se encontram no livro *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), enquanto as contribuições de Ribeiro Sanches, em *Cartas para Educação da Mocidade* (1759). Fazendo uma breve comparação entre as duas obras, podemos concluir que o Verdadeiro Método apresenta uma preocupação com o estudo, com a aprendizagem das línguas e demais saberes, enquanto Cartas se ateve mais à administração e reorganização do ensino, deixando claras as finalidades da escola, o perfil do professor e qual o “tipo” de aluno que poderia ter acesso a determinados conhecimentos.

Para concluir, o Iluminismo foi importante para o desenvolvimento da ciência e do humanismo. A Enciclopédia², obra que sintetizava as principais ideias (e dados) iluministas acerca das ciências naturais e humanas, foi publicada por Denis Diderot (1713-1784) e seu parceiro Jean Le Rond D’Alembert (1717-1783) em 1751, e, além disso, era formada por 35 volumes com artigos e ilustrações de cientistas, pesquisadores e filósofos. Sabe-se que sua edição se entendeu por 22 anos, até 1772.

O Positivismo

De acordo com Mendonça (2010), o Positivismo surgiu na França em meados dos séculos XIX e XX, argumentando que o conhecimento científico era a única forma de conhecimento verdadeiro e legítimo. Esta corrente filosófica foi desenvolvida pelo pensador francês Auguste Comte (1798-1857), considerado o primeiro filósofo da ciência moderna. A ele também é atribuída a

criação da disciplina de Sociologia, que tinha como princípio a reconciliação entre os pontos estáticos e dinâmicos na sociedade. Para Comte, o progresso social da humanidade se daria por meio da ciência e da ordem, ou seja, o avanço poderia ser atingido sem causar desordem ou abalar o sistema social (MENDONÇA, 2010).

A autora ainda destaca que o Positivismo é uma teoria de desenvolvimento social que afeta diretamente o campo das ciências e da política, e foi influenciado pelo iluminismo francês. De Lacerda (2004) explica que Comte viveu em um período em que a Revolução Francesa e a Revolução Industrial — os regimes despóticos e revolucionários se alternavam — desencadearam uma explosão demográfica e crescimento desordenado dos centros urbanos e, diante deste cenário, as questões sociais como desigualdade social, miséria, fome e o acometimento de doenças trouxeram muita instabilidade política para a sociedade. Como resposta para essa “desordem social” Comte apresentou sua teoria (ou corrente) positivista que, com rigor civil e ordem política, segundo o filósofo, poderiam mudar o quadro caótico da ocasião (DE LACERDA, 2004).

A corrente positivista defendia duas linhas (ou vertentes): a orientação científica e orientação psicológica. Por meio da **orientação científica** pode-se explicar as analogias das situações práticas, como, por exemplo, as leis da física, as relações sociais e éticas. Já pela **orientação psicológica**, através da linha teórica da sociologia, seria possível investigar a natureza humana. Para Comte, a Sociologia como ciência poderia ser aplicada a todas as sociedades, uma vez que suas proposições se constituíam na observação dos fenômenos sociais, dos fatos mensuráveis refutando completamente todo o conhecimento que não pudesse ser comprovado cientificamente.

Neste sentido, Comte escreveu a obra *Apelo aos Conservadores*, em que apresentava a **Lei dos Três Estados** (PORFÍRIO, 2021, online):

- **Estado Teológico:** momento primitivo em que os seres humanos procuravam respostas para os dilemas da vida em **elementos sobrenaturais e irracionais**, como a atuação dos deuses, **seres místicos** e forças sobrenaturais;
- **Estado Metafísico:** a Filosofia surge para substituir as explicações teológicas por especulações baseadas em **argumentos lógicos e racionais**, impulsionando a busca pelo conhecimento verdadeiro;
- **Estado Positivo:** quando a ciência, baseada na **observação rigorosamente metódica**, seria a responsável por elaborar o conhecimento humano sobre a natureza, buscando respostas na própria natureza.

Esta lei ilustra as etapas (ou estágios) pelas quais o ser humano passa durante seu processo de evolução em relação às concepções da vida. Deste modo, o positivismo privilegia a observação e compreensão dos fenômenos de uma sociedade que, para ele, abandonaria as antigas crenças, superstições e dogmas sem explicação científica, em favor de uma proposta de vida mais justa e igualitária (COMTE, 2015).

Assim sendo, uma sociedade positivista funcionaria seguindo orientações para o bem-estar de todos (ou pelo menos da maioria) dos indivíduos. Ademais, enquanto doutrina filosófica, o positivismo tem, nas ciências, a devoção orgânica da razão de ser e estar das pessoas, seguindo, como seus modelos, a Matemática, a

Física, a Astronomia, a Química, a Biologia e, também a Sociologia, destacando-se das demais ciências porque, segundo Comte, traz, em seus arcabouços, os valores cumulativos e transculturais (BEZERRA, 2019.)

De acordo com Porfírio (2021, ONLINE) as principais características do positivismo de Comte são:

- **Doutrina filosófica:** a inspiração política do positivismo estava no **Iluminismo**. Os primeiros filósofos iluministas defendiam que o **conhecimento** deveria ser universalmente estimulado, mediante uma **educação emancipadora** para levar a **autonomia social** a um nível em que a humanidade progrediria moralmente pelos frutos do progresso intelectual. Esse progresso somente seria pleno, no momento em que todos se juntassem em prol da **busca pelo conhecimento esclarecedor** sobre o mundo;
- **Doutrina sociológica:** a ordem social estaria intimamente ligada ao **desenvolvimento moral** e ao **desenvolvimento científico**. Portanto, seria necessário, além de entender a natureza, entender o funcionamento da sociedade, levando em conta a atuação dos seres humanos e criando teorias doutrinárias que ditassem um modo de agir que levasse ao progresso. O rigor e a ordem eram imperativos nessas teorias, pois eram eles que garantiriam o pleno desenvolvimento humano;
- **Doutrina política:** a disciplina, o rigor e a ordem social eram requisitos políticos para a garantia do avanço social na visão de Comte. Somente com ações voltadas para o **desenvolvimento de uma disciplina** pessoal e coletiva, cultivada juntamente com o aprendizado das ciências e com o trabalho sociológico, a política poderia render um estágio de progresso capaz de levar a humanidade ao seu ápice;
- **Desenvolvimento das ciências e das técnicas:** a tecnologia e a ciência eram partes importantíssimas da teoria de Auguste Comte. Segundo o filósofo, nenhum progresso seria possível no estágio positivo sem o alto grau de aperfeiçoamento científico aliado ao alto **desenvolvimento tecnológico**, o que impulsionaria a humanidade sempre adiante;
- **Religião positiva:** a religião sempre foi característica comum da humanidade. Os seres humanos sempre buscaram o culto a algum tipo de divindade para explicar o inexplicável. Como a busca por explicações mais elaboradas é marca comum do estágio positivo, a religião tradicional daria lugar, segundo o pensamento positivista, a um novo tipo de religião, o **cientificismo**. O cientificismo seria o ato de **depositar nas ciências toda a fé** em relação ao conhecimento e ao desbravamento do mundo, entendendo que **não há sobrenatural**, mas somente natureza. As ciências ocupariam, para os positivistas, o lugar que Deus ocupou nas religiões desenvolvidas até então.

Em meados de 1850, o positivismo foi inserido no Brasil, mais precisamente (e sistematicamente) na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com o surgimento de trabalhos com enfoques positivistas nas áreas da Matemática, Astronomia e Física. Aos poucos, as ideias de Comte foram sendo disseminadas para a sociedade como um todo, influenciando não só o conhecimento científico, mas, também, os aspectos sociais, morais e estéticos com uma nova concepção de mundo como solução para os problemas da natureza e da sociedade como um todo (LIMA; HORTA, 2008).

O positivismo influenciou fortemente o movimento da Proclamação da República, que culminou na deposição de Dom Pedro II, em 1889. Nos primeiros anos republicanos, tendo como presidente o Marechal Deodoro da Fonseca, surgiram diversos símbolos nacionais, como a Bandeira do Brasil e o Hino Nacional, todos inspirados pelas concepções positivistas de liberdade individual, de autonomia moral, de ordem e o rigor social. Assim, por exemplo, o lema “Ordem e Progresso” não foi uma escolha aleatória, mas uma marca cívica do progresso da sociedade brasileira da época: O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim (GEORGIA, 2013)..

Pedagogia Socialista

O pensamento pedagógico socialista opõe-se ao pensamento burguês, uma vez que propõe uma educação igualitária para todas as pessoas. Para a Pedagogia Socialista, o trabalho pedagógico deveria ser organizado para promover a emancipação humana. (ABREU, 2013). Neste sentido, cabe lembrar que a proposta socialista surgiu em um período difícil para a antiga União Soviética, que apresentava níveis altíssimos de analfabetismo. Em toda a Rússia, havia 104 escolas secundárias rurais, 434 ginásios e 276 escolas profissionais para uma população de 160 milhões de habitantes. Sete em cada dez habitantes (sem contar as crianças com menos de 9 anos de idade) não sabiam ler nem escrever; em 1917, ano da Revolução, 71,6% da população, dos nove aos 49 anos, era analfabeta (SAVIANI, 2012).

O autor destaca que, nas escolas primárias (parquiais), o ensino se limitava em transmitir a doutrina religiosa, noções de leitura, escrita e aritmética (operações básicas) e canto (também religioso). De acordo com Bitar e Ferreira Jr. (2015 on-line), “*Existiam ainda institutos para moças nobres, corpos de cadetes, e outros estabelecimentos de ensino para as elites, que, além de outros conhecimentos, aprendiam as maneiras aristocráticas de viver*”. Nos ginásios, predominava o ensino de humanidades e línguas antigas e, nas escolas profissionais, a preferência era pelas matérias das ciências naturais, matemática e disciplinas técnicas. Entre 1800 e 1913, os institutos pedagógicos da Rússia formaram apenas seis mil professores, cerca de 25% da necessidade do país (SAVIANI, 2012).

Destarte, o regime do Czar Nicolau II colocara toda a população de trabalhadores, principalmente os do campo, em uma situação de miséria, produzindo uma massa de famintos e descontentes. Cabe destacar que, neste período, a economia do país era predominantemente rural. Em 1917, liderados por Wladimir Lenin, o partido Bolchevique derrubou o governo autocrata do Czar, o que ficou conhecida como a Revolução Russa (BRITO, 2020).

Nereide Saviani (2012) esclarece que, em meio à luta pela consolidação de um governo nascido de uma revolução popular vitoriosa, Krupskaya, Pokrovsky e Lepshinky elaboraram, em conjunto, o documento “Princípios Fundamentais da Escola Única do Trabalho” (outubro de 1917) que resultou na “Declaração sobre a Escola Única do Trabalho”, responsável por apresentar os princípios de uma escola socialista que objetivava eliminar os resquícios da proposta de educação burguesa (excludente), a fim de implantar uma formação para a classe trabalhadora (pedagogia socialista, com vistas a possibilitar o acesso à uma escola pública e laica (mas não neutra). Além disso, a autora explicita que a formação proposta por Krupskaya consistia-se em uma escola do trabalho, conectando os

conhecimentos teóricos com a vida prática e produtiva da sociedade, com objetivo de desenvolvimento politécnico em contraponto ao desenvolvimento especializado. Para ela, a educação é o meio indispensável para se construir uma nova sociedade socialista. A respeito disto, Saviani (2012, p. 29) destaca:

Para Krupskaya, os desafios dos primeiros anos seriam: livrar-se da herança da escola antiga (manuais impregnados da ideologia burguesa, ênfase em abordagens religiosas, chauvinismo, métodos adestradores, resistência reacionária do magistério); dotar o ensino de novo conteúdo e novos métodos; ligar a escola com a vida, aproximando-a da população; propiciar a compreensão da vida concreta e o desenvolvimento da capacidade de trabalhar, estudar e viver coletivamente.

Um dos princípios mais importantes da nova formação implantada foi a individualização do ensino, que consistia em atender as inclinações e especificidades do perfil (ou caráter) de cada estudante, no sentido de proporcionar uma educação o mais adequada possível às suas necessidades específicas. Não se trata de uma educação individual, mas individualizada, com o intuito, também, de formar os sujeitos com capacidade para a vivência coletiva e solidária. Nereide Saviani (2012) explica que Krupskaya defendia também a mesma educação para ambos os sexos, para ela, a escola era a o meio mais adequado para esta proposta de educação. Buscou parcerias com as organizações estudantis, dos docentes etc. Neste sentido, compreendendo que um dos maiores desafios da revolução era a emancipação das mulheres, argumentava que a educação deveria promover ações para todos (meninas, moças, meninos e rapazes) cujo objetivos eram (SAVIANI, 2012, p. 32):

1. *Exercer controle social sistemático para superar sobrevivências do passado: insuficiente desenvolvimento cultural; dificuldade de estudar (em razão da sobrecarga de trabalho doméstico e cuidado dos filhos); não atendimento à lei de obrigatoriedade de ensino.*
2. *Liquidar o analfabetismo entre as mulheres.*
3. *Combinar educação social com educação familiar (elevar a cultura e a instrução dos pais, aprimorar a educação dos meninos e rapazes).*
4. *Garantir às mulheres o direito ao estudo.*
5. *Enfrentar de modo novo os problemas milenares: conceitos de matrimônio, maternidade e família; papel e tarefas da mulher; direitos e saúde da mulher.*

Tratava-se de uma concepção para além da educação propriamente dita, visto que Lenin considerava a indissociabilidade entre trabalho e educação, ou seja, defendia a percepção de que a educação não se restringe à escola e, também, de que a dimensão educativa não está limitada à formação para o trabalho, o que reduz a classe produtora à geração de mercadorias para a produção de mais-valia. (SAVIANI, 2020). A proposta era implantar a Educação Politécnica, que consistia em (SAVIANI, 2012, p. 32-33):

Desenvolver práticas de trabalho coletivo e de autogestão. Contribuir para a formação de uma moral nova (interesses gerais acima dos particulares). Preparar a jovem geração para valorizar e realizar tanto o trabalho manual quanto o intelectual. Proporcionar aos estudantes os fundamentos das ciências (torná-los cultos). Formar especialistas em todos os domínios.

Krupskaya defendia a concepção de uma escola única, com seus vários ramos, modalidades, graus e níveis que ser articulariam em diretrizes comuns, seguindo as suas especificidades, de acordo com o desenvolvimento da indústria moderna e a sua participação na sociedade. Se há uma indústria têxtil, cabe à escola ensinar a tecer, fiar a mão ou à máquina, em cada localidade, identificar a sua produção e ensinar sobre a matéria-prima utilizada, como são manufaturadas, características dos métodos de produção, possibilidades de aprimoramento, quais profissões e quais tarefas estão envolvidas no processo, necessidades formativas, condições de trabalho, remuneração e direitos. Esta abordagem deveria ser aplicada em todos os ramos e nas escolas politécnicas, com o intuito de superar a dicotomia das escolas primária, secundária e superior. Tratava-se de propiciar ao jovem condições de escolha da profissão que atendessem suas necessidades e prioridades sociais (SAVIANI, 2011).

Freitas (2017) explica que a política educacional deste período enfrentou enormes dificuldades para ser posta em prática nas escolas, devido às condições materiais de funcionamento das instituições de ensino, à ausência de orientações explícitas sobre como os professores deveriam proceder, a resistência e o despreparo do magistério para implementar as novas exigências curriculares foram os principais motivos. Uma nova escola necessitava de um novo professor, algo que precisaria ainda ser organizado e levaria bastante tempo (FREITAS, 2017, on-line). Contudo, é importante frisar que, embora a educação politécnica não tenha sido plenamente implantada, o governo de Lenin conseguiu vencer o analfabetismo em um curto prazo de tempo, com uma educação universal, sendo possível lidar de igual para igual com os Estados Unidos na área econômica e militar.

Escola Nova

O Movimento da Escola Nova buscava a renovação do ensino, e surgiu no final do século XIX, mas se fortaleceu na primeira metade do século XX. Além disso, influenciou especialmente a Europa, os Estados Unidos e o Brasil, principalmente nas áreas sociais, da economia e da política. Neste período, o mundo estava passando por grandes transformações e vivia um crescimento industrial, acompanhado da expansão dos centros urbanos. A proposta da Escola Nova se apresentava como uma propulsora do desenvolvimento da autonomia do estudante)

Jhon Dewey (1859-1952), filósofo norte-americano, defendia a democracia e a liberdade de pensamentos, argumentando que estes seriam os caminhos (ou instrumentos) para que as crianças alcançassem a maturidade física, intelectual e emocional (FERRARI, 2008a). Principal influenciador da Escola Nova no Brasil, Dewey defendia que o ensino estivesse conectado à experiência do aluno em sala de aula. Influenciado pelo pragmatismo teórico norte-americano, propôs inovações que consistiam no trabalho com a pesquisa em ciências para que o ambiente pedagógico fosse mais democrático e atrativo, questionando assim a hierarquia entre professor e aluno. Embora pensasse na democracia em sala de aula, Dewey não questionava a estrutura das classes sociais e tampouco propunha que a educação pudesse significar uma mudança social. O objetivo pedagógico da Escola Nova intencionava alterar as relações entre professor, aluno e o saber, voltando-se mais para o ambiente de sala de

aula do que para os objetivos educacionais gerais. A este respeito, o pedagogo Adophe Ferrière (1879-1960) em sua obra intitulada “A Escola Ativa” defendia que colocar a criança como centro do processo educacional traria enormes benefícios para seu desenvolvimento global (HAMZE, 2021c)

Os objetivos da Escola Nova — ampliação do ensino e centralidade educativa da criança — visavam a modernização, a democratização, a industrialização e urbanização da sociedade (MENEZES, 2001). A **ampliação do ensino** estava ligada à consolidação burguesa de educação, no sentido de educar a população urbana no recente processo de industrialização no Brasil, ou seja, não tinha como primícia a mudança social ou libertação da opressão das classes populares. O ideal principal compreendia colocar o país no caminho da modernidade industrializada. Já a **centralidade educativa da criança** era um princípio que os teóricos de educação na Europa defendia há tempos em contraposição à educação tradicional, que trazia o professor como centro e autoridade do processo de ensino-aprendizagem. Na proposta escola novista, o professor e um facilitador, deve auxiliar o estudante a pensar, a desenvolver um pensamento crítico, livre e espontâneo, a criança deveria ser vista como uma criança, com seu tempo de maturidade e crescimento respeitados. A crítica este modelo de ensino consistia em o movimento abrir mão dos conteúdos tradicionais e passar a não exigir resultados sistematizados dos alunos, aceitando apenas a espontaneidade. (HAMZE, 2021c).

O método de ensino da Escola Nova defendia que o conhecimento se daria no aprender a aprender ou no aprender fazendo. O estudante deveria ser estimulado a fazer pesquisas, resolver problemas cotidianos a partir do meio social e natural a qual estava inserido. O trabalho individual fazia parte da metodologia e o trabalho coletivo ocorria apenas para socializar os resultados obtidos e as experiências vivenciadas, acreditando-se que o conhecimento é construído por meio dos consensos, das discussões com os pares, trazendo um fortalecimento aos ideais liberais de formação dos indivíduos, pois, o pensamento liberal acreditava que por meio da educação seria possível construir uma sociedade que levasse em consideração as diversidades e o respeito a individualidade, tornando o cidadão mais atuante no contexto onde está inserido. (HAMZE, 2021c). Para Dewey, havia uma necessidade em se estreitar a relação teoria-prática, que para ele só faziam sentido se estivessem ligadas com o dia a dia do estudante (FERRARI, 2008b, p. 3).

O autor destaca que, para Dewey, a escola era um lugar que deveria imitar uma comunidade em miniatura, apresentando o mundo de forma simplificada, organizada para que, aos poucos, os estudantes pudessem refletir para compreender as situações mais complexas, no sentido literal de ensinar o estudante a viver no mundo. Neste sentido, Ferrari (2008a, online) explica:

A educação, na visão deweyana, é “uma constante reconstrução da experiência, de forma a dar-lhe cada vez mais sentido e a habilitar as novas gerações a responder aos desafios da sociedade”. Educar, portanto, é mais do que reproduzir conhecimentos. É incentivar o desejo de desenvolvimento contínuo, preparar pessoas para transformar algo. A experiência educativa é, para Dewey, reflexiva, resultando em novos conhecimentos. Deve seguir alguns pontos essenciais: que o aluno esteja numa verdadeira situação de experimentação, que a

atividade o interesse, que haja um problema a resolver, que ele possua os conhecimentos para agir diante da situação e que tenha a chance de testar suas ideias. Reflexão e ação devem estar ligadas, são parte de um todo indivisível. Dewey acreditava que só a inteligência dá ao homem a capacidade de modificar o ambiente a seu redor.

Em 1932, acontecia no Brasil a IV Conferência Nacional de Educação, e a Igreja Católica externava seu descontentamento com Anísio Teixeira (1900-1971), Lourenço Filho (1897-1970) e Fernando de Azevedo (1894-1974), os principais precursores da Escola Nova. Neste contexto, foi publicado o **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Os educadores supracitados defendiam a escola pública e laica, uma sociedade homogênea regida pelo princípio da igualdade de oportunidade para todos, enquanto a Igreja queria fortalecer as propostas educacionais com o objetivo de incutir propósitos cristãos à elite intelectual e política do país (MARINHO, 2022). Entretanto, em seu esboço publicado pela Companhia Editorial Nacional de São Paulo, mais precisamente no item 10, podemos verificar que o sistema educacional privilegiaria os melhores para a ascensão social (LEMME, 2005, p. 175):

10. Reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpretação das classes sociais e a formação de uma sociedade humana mais justa e que tenha por objeto a organização da escola unificada, desde o jardim de infância à universidade, “em vista da seleção dos melhores”, e, portanto, o máximo desenvolvimento dos normais (escola comum), como o tratamento especial de anormais, subnormais e supernormais (classes diferenciais e escolas especiais).

Destarte, a proposta educacional da Escola Nova no Brasil não propunha uma emancipação social, mas uma manutenção do *status quo* da sociedade burguesa. Na teoria, as propostas escola novistas defendiam que as classes populares tivessem a sua educação garantida pelo Estado, de forma gratuita e igualitária.

Para os educadores da Escola Nova o professor deveria perceber a necessidade de uma cultura múltipla e diversa, uma nova política educacional surgia voltada para a formação do profissional da educação e nas influências industriais vigorantes na época, com a esperança de mudança no sistema educacional e o emprego efetivo do pensamento científico nas ações da escola. (LEMME, 2005).

Entretanto, passados mais de 80 anos da publicação do **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova** e com várias reformas educacionais ao longo dos anos, a educação brasileira ainda sofre com problemas básicos, tais como: analfabetismo funcional, evasão e reprovação escolar, pouco investimento no ensino público etc. Por mais que tenhamos críticas às propostas pragmáticas, imediatistas e pouco sistematizadas da Escola Nova, foi um momento de real importância do saber científico e do pensamento crítico infantil. Cabe refletirmos no momento atual que tipo de educação queremos e para quem.

Fenomenológico-Existencialista

A proposta da corrente filosófica da fenomenologia existencial consiste na compreensão de que o indivíduo é o resultado das suas relações intersubjetivas, ou seja, considera o sujeito ser-no-mundo. (LOURENÇO; MENDONÇA,